

# A elite do atraso: uma reinterpretação do Brasil por Jessé Souza

Jorge Felix<sup>1</sup>

Ao assinar uma portaria reduzindo o poder de vigilância da Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo e limitando a divulgação das chamadas empresas da “lista suja”<sup>2</sup>, Michel Temer ofereceu ao leitor de “A elite do atraso – da escravidão à lava jato” (Ed. Leya), obra mais recente do sociólogo Jessé Souza, um fato inapelável ao argumento principal da obra: o *impeachment* de Dilma Rousseff constituiu-se em “um pacto dos donos do poder para perpetuar uma sociedade cruel forjada na escravidão” – tal como está escrito já na capa do livro.

Antes de chegar a essa conclusão, no entanto, o autor percorre uma análise inédita sobre “os intérpretes do Brasil” e demonstra como nossa sociologia contribuiu para construir uma ideia de nós mesmos que foi indispensável para o convencimento, sobretudo da classe média, a favor do golpe contra uma presidente eleita democraticamente, assim como de outros golpes na história, inclusive o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954. Portanto, é necessário aqui explicar a revisão conceitual empreendida por Souza antes de retornar ao tema da escravidão.

Em sua trajetória acadêmica, é bom dizer, essa revisão é trabalho de longa data. A novidade, do ponto de vista da pesquisa sociológica, é, como Souza articulou, duas linhas aparentemente independentes de sua investigação: o empirismo nas classes

---

<sup>1</sup> Professor convidado da Universidade de São Paulo (EACH) e da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, doutorando em Ciências Sociais (PUC-SP) e mestre em Economia Política (PUC-SP).

<sup>2</sup> No dia 16 de outubro de 2017, o Ministério do Trabalho publicou portaria limitando os critérios para divulgação da “lista suja” que inclui as empresas onde são constatados trabalhos similares à escravidão. A medida foi tomada atendendo à reivindicação da bancada ruralista do Congresso Nacional como moeda de troca para a absolvição de Michel Temer em processo de corrupção a ser aberto pelo Supremo Tribunal Federal. Ver Folha de S. Paulo, disponível em <http://m.folha.uol.com.br/mercado/2017/10/1927436-governo-cria-regras-que-dificultam-acesso-a-lista-suja-do-trabalho-escravo.shtml> Acesso em 18 de outubro de 2017.

sociais, em especial, interessado em descortinar o efeito sobre elas das políticas sociais implementadas a partir de 2003 no Brasil; e a teoria crítica à sociologia clássica brasileira, sobretudo aquela elaborada por Sérgio Buarque de Holanda e seus seguidores, somada à ciência política de Raimundo Faoro.

Em relação à primeira linha de pesquisa, Souza produziu “A construção da subcidadania” (que será reeditado este ano), “A ralé brasileira” e “Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?” (ambos pela editora UFMG). A “ralé”, denominada assim “provocativamente para denunciar seu abandono”, só se diferencia dos escravos negros africanos porque, na atualidade, se expandiu para todas as cores de pele e constitui hoje a força de trabalho gratuita que Temer oferece, de bom grado, para as empresas ou para os latifundiários. Ou são aqueles que, muitos defendem, deveriam ser alimentados por uma espécie de “ração” sintética<sup>3</sup>. É, no dizer do autor, a antiga “raça condenada” que se transmuta em “classe condenada”.

Os “batalhadores”, por sua vez, constituem uma *classe-que-vive-do-trabalho* e, portanto, sujeitos a uma “coerção silenciosa” pela necessidade e embora, desde 2003, possam ter sido incluídos no mercado consumidor de bens duráveis ou conquistado maior acesso ao capital imaterial – principalmente os mais jovens beneficiados por programa de crédito educacional ou cotas nas universidades - e carregam em seu DNA uma defasagem cultural e civilizatória em relação à classe média, logo, jamais poderiam ter sido confundidos como uma nova versão desta<sup>4</sup>.

A pesquisa empírica de Souza o permitiu concluir que a novidade nesse segmento social é a cristalização de uma nova classe trabalhadora que, a despeito de permear as franjas de um simulacro de estado de bem-estar social – ou mesmo por este motivo -, está confinada a uma ascensão bastante limitada por carência de capital social, cultural e simbólico (uma “renda diferencial”) jamais herdados como patrimônio de seus antepassados. A grande questão é que, ao lado da classe média, os “batalhadores” sonham com esse pertencimento e isso os torna presa frágil para seus algozes, como será visto mais tarde.

<sup>3</sup> Ver “Dória dará alimento granulado feito a partir de itens perto do vencimento a famílias carentes”, portal G1, Disponível em <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/prefeitura-de-sp-dara-alimento-granulado-a-familias-carentes.ghtml> Acesso em 18/10/2017.

<sup>4</sup> A ausência desse capital imaterial torna-se ainda mais relevante por sua perenidade, mesmo em caso de ascensão de renda, no entendimento do autor. Portanto, extrapola até a condição trabalhista formal ou informal, o que enfraquece a capacidade de explicação da categoria “precariado” para a sociedade brasileira. A própria tradição escravocrata sempre manteve a maior parte da força de trabalho em regime precário no Brasil.

O importante a destacar por enquanto é a especificidade da definição de Souza para classe social, uma vez que sua interpretação é fundamental para compreender sua intrigante reinterpretação da sociedade brasileira. Souza afrouxa o parafuso da definição de classe tanto da renda, como determina a teoria liberal, como da posição no modo de produção capitalista, como a define Marx. Ele avança as fronteiras economicistas e incorpora o capital cultural e o capital social como tão definidores quanto os critérios tradicionais para o pertencimento à determinada classe. Esse simbolismo emerge a partir do conhecimento, do refinamento intelectual, do domínio de uma certa etiqueta, da capacidade reflexiva e das relações estabelecidas com “gente importante”.

Quanto à segunda linha de pesquisa, o autor encontrou na conjuntura política atual um bom motivo para difundir sua visão crítica e análise teórica madura que estavam excessivamente restritas aos muros acadêmicos. Ele inicia a exposição de sua conclusão também com “A construção da subcidadania”, mas amplia e correlaciona seus efeitos a partir da publicação de “A tolice da inteligência brasileira”.

Neste “A elite do atraso”, Souza interessa-se por mostrar como o pensamento sociológico culturalista racista (de Gilberto Freyre) ou a sociologia do brasileiro vira-lata, cujo ícone é a categoria do “homem cordial” de Buarque, uniu-se ao patrimonialismo de Faoro e contaminou toda a *esfera pública*. Essa sociologia, afirma o autor, colonizou corações e mentes, mesmo da esquerda, e jamais foi contestada, servindo assim como um “falso argumento científico” que, em vez de explicar a sociedade brasileira em sua totalidade, encobriu sua maior mazela social: a perpetuação e reprodução do privilégio escravista por uma “elite do dinheiro”.

A primeira categoria, principalmente depois de traduzida como “jeitinho brasileiro”, nos faz acreditar que o expediente de maximizar relações pessoais em detrimento da impessoalidade para aferir vantagens é uma exclusividade do Brasil. Todas as outras sociedades são idealizadas na cabeça dos brasileiros como mais impessoais e meritocráticas. O patrimonialismo, a partir de uma interpretação errônea pelos sociólogos brasileiros, segundo Souza, encaixou-se nessa visão de vira-lata e atribuiu toda a corrupção ao Estado porque afinal esta é a nossa maldita herança portuguesa. Enquanto o mercado tornou-se a casa de toda a ilibação. Dito de outra forma, a sociologia clássica brasileira tratou de arrumar explicação com um argumento culturalista, atribuindo a corrupção e o compadrio a uma maldição lusa, independentemente de estas práticas serem afeitas a tantas outras sociedades – mesmo aquelas sem influência portuguesa – e essa mesma sociologia, forjada pela elite, destaca o autor, ignorou completamente a particularidade de nossa gênese: a escravidão, que não existia em Portugal.

Souza, nos livros citados, já havia vindo até aqui. Neste novo livro, o que nos traz são questionamentos pertinentes ao momento político, como defendido aqui logo no início. Se o pensamento sociológico vira-lata dominou a *esfera pública* é ela que precisa ser objeto de investigação para desvendarmos o intuito desse projeto sociológico empreendido pela elite brasileira na primeira metade do século XX. Na visão do autor, essa investigação explica as causas ou razões da crise atual semeada pela “mais longa das tradições brasileiras”: a estigmatização dos pobres. Esmiuçar o modo singular que essa esfera pública burguesa institucionalizou-se no Brasil, para Souza, é o desafio da esquerda para impedir a repetição de novas rupturas democráticas sempre que forças “não palatáveis pelo mercado ávido de capturar o Estado apenas para si” assumem o governo no país.

Se as questões chave para a sociologia é “quem somos?”, “de onde viemos?” e “para onde vamos?”, a identidade de um povo é construída, portanto, na *esfera pública*, o *lôcus* de encontro e reprodução dessas teses formuladas pela classe intelectual (obrigatoriamente a elite) com as outras classes sociais. “O que é afinal uma *esfera pública*? Por que ela é tão importante para uma democracia sólida? Que tipo de aprendizado coletivo ela ensina?”. Nos nossos dias, o principal ator da *esfera pública* é a mídia e, destaca Souza, a elite do atraso construiu a esfera midiática adequada a seus fins. Colonizou-a. No Brasil, isso se deu por uma institucionalização das concessões públicas de telecomunicações de maneira desregulamentada e abriu oportunidade para um monopólio da Rede Globo, segundo analisa o autor.

O discurso da emissora de televisão líder de audiência está à mercê da elite do dinheiro, aquela que está acima mesmo do Estado, uma *casta* desterritorializada, globalizada e interessada em manter o país como exportador de matérias primas, isto é, colonizado. No entanto, a efetivação desse projeto econômico, depende de cooptar a classe média e, assim, faz uso, com ajuda indispensável da mídia, dos argumentos da sociologia vira-lata: a corrupção do Estado, denominada por Souza como “corrupção dos tolos”, baseada na tese do patrimonialismo, o “jeitinho brasileiro”, o populismo, a estigmatização da pobreza e escondem a real intenção do projeto: “manter o padrão de rapina selvagem do trabalho de todos para seus bolsos”.

A esfera pública “colonizada” impede qualquer possibilidade de aprendizado coletivo, ampliando assim a desigualdade social. “A classe média torna-se vítima fácil de qualquer moralismo que a faça se sentir melhor do que ela é”. Manipulada pela mídia, apoia uma operação como a Lava-Jato baseada em uma “corrupção seletiva”, como

destaca o autor e é, mais uma vez, autorizado pelos fatos políticos que punem mais uns por corrupções menores e absolvem outros sob provas de corrupções maiores, desacreditando as instituições do Estado Democrático de Direito.

Souza alerta para o sucesso desta configuração para esconder a verdadeira corrupção da qual o Brasil é vítima, a pilhagem do capital financeiro internacional às riquezas nacionais e ao mercado interno. Enquanto o debate é tomado pela “corrupção dos tolos” a enfraquecer empresas nacionais e desviar a atenção para o patrimonialismo, a nação é subtraída em transações globais muito mais tenebrosas. “A lógica de funcionamento do mercado é tornada invisível e a noção de elite dominante, portanto, restringe-se à esfera estatal”, escreve. Essa lógica impede o cidadão comum de saber quem produz o quê, para quem e como? Ou seja, as relações sociais de humilhação e subordinação também desaparecem da *esfera pública*. Até que uma portaria burocrática necessite de uma assinatura e o simples ato remeta toda a sociedade ao ano de 1888.

Nessa reinterpretação do Brasil, Souza conclui: “As falsas ideias existem para fazer as pessoas de tolas, posto que apenas os feitos de tolos dão de bom grado e volitivamente o produto de seu esforço a quem os engana e oprime”. O livro de Souza oferece robusta argumentação científica para a sociologia brasileira se repensar e reinterpretar o Brasil de hoje a partir da triste constatação de que a crise política e a dominação da esfera pública pela elite do atraso colocaram em xeque o princípio mesmo da igualdade social como valor fundamental da democracia.